

venezuela

Petróleo contra petróleo

Marcelo Garcia/ Frensa Miraflores

A receita do petróleo na Venezuela de Chávez é menor do que nos cinco governos anteriores, apesar do preço alto. Hoje, porém, ela serve para diversificar a economia e planos de inclusão social. Não por acaso, Chávez resiste

Luciano Wexell Severo

Os resultados positivos da economia e das chamadas *Misiones Sociales* parecem estar na base do apoio popular que marca os cinco anos e meio de governo do presidente Hugo Chávez. Após superar golpes, sabotagens e uma campanha sistemática de desestabilização por parte da grande mídia, o governo venezuelano venceu o referendo presidencial de 15 de agosto com 60% dos votos e os pleitos regionais de 31 de outubro em 20 dos 22 estados, conquistando 270 das 335 prefeituras do país. Foi a décima derrota eleitoral da oposição. Não por acaso. A maioria da população participa de um processo de inclusão social sem precedentes.

Durante a chamada 4ª República, entre 1958 e 1998, a abstenção chegava a 90% nas eleições presidenciais. Naquela rica e importadora Venezuela petroleira, 80% da população vivia abaixo da linha da pobreza e à margem das decisões. Hoje, percebe-se nas ruas o ânimo das pessoas para envolverem-se nos debates sobre como as coisas têm mudado. No referendo de agosto, o percentual de eleitores ausentes foi de 30% – o menor da história venezuelana.

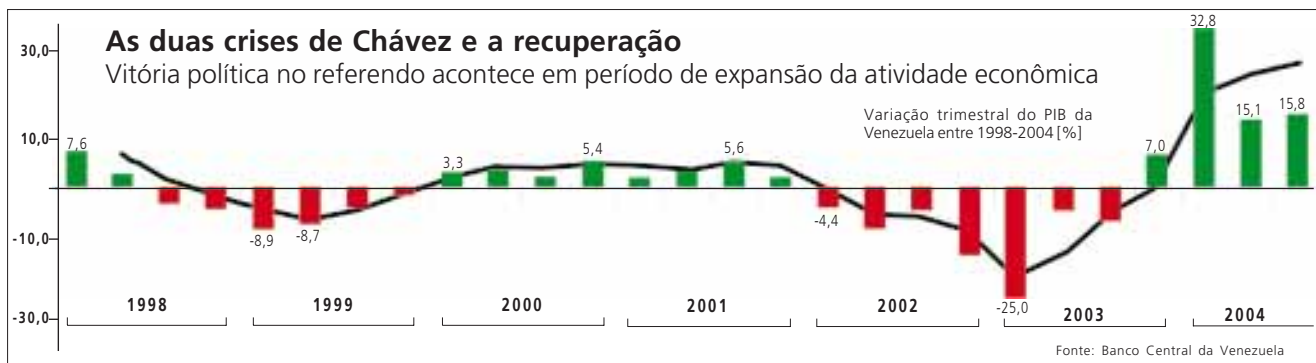
O caminho para a integração e a mobi-

lização têm sido as *Misiones Sociales*, que beneficiam os habitantes dos morros que cercam Caracas e do interior do país. Os programas de alfabetização em massa (*Mision Robinson*), de atenção médica gratuita (*Barrio Adentro*), de mercados populares e casas de alimentação (*Mision Mercal*), de apoio à capacitação técnica (*Vuelvan Caras*), formação secundária (*Mision Ribas*) e universitária (*Mision Sucre*) atingem cerca de 20 milhões de pessoas (quase 75% da população). As missões não visam apenas carências específicas. Um Ministério da Economia Popular orienta uma rede de ações para incorporar milhões de cidadãos ao aparato produtivo. “A política de inclusão transcende o enfoque assistencialista [...]. O objetivo é criar um mecanismo de superação da pobreza, via capacitação permanente, criação de postos de trabalho, defesa do salário real e garantia de serviços públicos cada vez melhores”, explica o ministro Elías Jaua.

Fim da dependência Mas para mudar de fato o foco do estado, foi preciso comprar uma briga política que se traduziu em recessão econômica com taxas negativas do Produto Interno Bru-

to (PIB) entre o início de 2002 e o final de 2003. A retomada parece consolidada em 2004 (veja o gráfico), principalmente considerando-se o atual respaldo político do governo, centrado no antigo projeto de “semear petróleo” e substituir a economia petrolífera rentista – improdutivo e importadora – pelo chamado desenvolvimento endógeno, produtivo e formador de mercado interno. A antes nefasta dependência do petróleo garante agora recursos para a diversificação da economia e a eliminação dessa mesma dependência.

O aumento da produção agrícola é fundamental. Na Venezuela, a agricultura representa cerca de 4% do PIB. Neste ano, porém, alguns estados já bateram recordes de produção de grãos, cebola e leite e há estímulos à produção animal. Assim, se estabelecem condições para que o país reduza ou elimine as importações de produtos primários. Muitas pequenas propriedades se organizam em cooperativas, especialmente em torno da *Mision Vuelvan Caras*. Parte delas abastece a *Mision Mercal*, a maior rede de mercados do país, que fornece alimentos baratos e controla os preços da cesta básica. Brotam núcleos endógenos de desen-



volvimento interligados em cadeias produtivas. Ao mesmo tempo, o governo acelera as desapropriações e regulamentações de propriedades rurais improdutivas nos termos da Lei de Terras de 2001. Grandes proprietários têm preferido ocupar-se da produção.

É verdade que o petróleo financia a “nova Venezuela”. Mas é falso afirmar que o governo Chávez se beneficia como nenhum dos altos preços internacionais do barril: os valores recebidos com a exportação do óleo pelo atual governo são inferiores aos das cinco administrações anteriores. O atual governo recebeu do petróleo 26% do recebido no primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-79); 35% do recebido na gestão de Luis Herrera Campíns (1979-84); 56% da de Jaime Lusinchi (1984-89); 49% do segundo mandato de Pérez (1989-93); e 85% do segundo mandato de Rafael Caldera (1994-98). Segundo o ministro de Energia e Minas e atual presidente da Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA), Rafael Ramirez, para receber pelo petróleo as quantias equivalentes a 1974, o barril deveria custar cerca de US\$ 73. E não custa lembrar: no início de 1999, o barril de petróleo custava US\$ 9, ou 303% menos que o barril de Coca-Cola. Além disso, desde 1970 havia acentuada queda na contribuição fiscal petrolífera, revertida a partir de 1999. Conforme alertou Chávez, “seguiamos desmontando a estrutura entreguista e apátrida da antiga PDVSA, que fazia acordos com base nos interesses transnacionais. Entramos na fase de nacionalização real do ouro negro. Aqui impera a soberania nacional, não o neoliberalismo”. A PDVSA foi convertida em ferramenta contra a pobreza.

A crise econômica de 2002/2003 refletiu-se no aumento do desemprego e

da inflação, com estouro no final de 2001, quando o governo apresentou leis que aumentavam o poder do estado no petróleo, na estrutura fundiária e na arrecadação de impostos dos mais ricos. Em 11 de abril de 2002, houve a tentativa de golpe que afastou Chávez. Em menos de 48 horas, a população “desceu do morro”, saiu às ruas e reverteu a situação de forma cinematográfica. Pouco depois vieram os quase três meses de locaute nacional, até fevereiro de 2003. O chamado “paro petrolero” gerou gravíssimos problemas de abastecimento de alimentos, gás e combustíveis. Os golpes foram apoiados e justificados pelas principais emissoras de rádio e TV e pelos maiores jornais.

PIB 10% abaixo A recuperação econômica iniciou-se no quarto trimestre de 2003, fruto da efetiva nacionalização da PDVSA, da adoção do controle de capitais e da fixação de preços dos produtos básicos. Segundo estudo do Ministério de Finanças, mesmo depois de um ano de reativação, o PIB ainda está mais de 10% abaixo do que deveria estar caso não ocorressem as sabotagens. De acordo com o ministro de Planificação e Desenvolvimento, Jorge Giordani, “nos defrontamos contra os que pretenderam destruir o país e, felizmente, as forças de reserva do povo venezuelano venceram aquelas pretensões suicidas”.

Conforme o Banco Central da Venezuela, nos três primeiros trimestres de 2004 o PIB teve altas de 32,8%, 15,1% e 15,8% em relação aos mesmos períodos de 2003, com quedas na inflação e no desemprego. O setor propulsor do PIB foi o não-petrolífero (18%), diante dos 3% do petróleo. As taxas mais altas foram as da construção civil (40%), comércio (25%)

e indústria (21%).

Principalmente após a vitória no referendo, o governo teve importantes encontros com empresários com o objetivo de reunir recursos especiais para criar uma companhia aérea nacional, uma empresa de telecomunicações, recuperar industriais e planejar colheitas. Chávez fez visitas estratégicas à Rússia e Índia, mas suas principais medidas voltam-se a América Latina, naquilo que ele chama de “projeto bolivariano de integração”. São exemplos a entrada da Venezuela no Mercosul e os encontros com governos e empresários da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai.

Esse conjunto de ações se opõe à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em defesa de uma Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe (Alba), baseada na solidariedade e na cooperação Sul-Sul. Muitas dessas diretrizes foram apresentadas na “Proclama Bolivariana de Caracas”, a declaração final do Congresso Bolivariano dos Povos realizado em dezembro. O encontro teve a participação de dirigentes políticos e sociais da América Latina. O esboço de plano comum estimula a formação de uma companhia petrolífera latino-americana, uma empresa aérea, um canal de televisão, um banco de sementes e uma auditoria que avalie a situação das dívidas externas. Aos poucos, esta esperança se transforma em realidade na 5ª República, liderada por Chávez, um legítimo “ilanero” – homem do povo, poeta, cantor e jogador de beisebol que conhece muito bem a história libertária do continente e tem uma firme clareza do seu objetivo central: conquistar a segunda e definitiva independência latino-americana. ■

Luciano Wexell Severo é economista brasileiro, consultor do Bancoex (Venezuela).